

CONSELHO DE CLASSE E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: ENTRE REPRESENTAÇÃO E DIÁLOGO

Lilian Carla Molon,
Andréa Wahlbrink Padilha da Silva,
Nilda Stecanela

A tessitura que propomos objetiva olhar para uma das práticas avaliativas que compõem o cotidiano escolar: o conselho de classe. Compreendido como parte constitutiva do processo pedagógico, o conselho de classe é espaço coletivo de análise das práticas educativas, de reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem e de tomada de decisões acerca da trajetória escolar dos estudantes. Nessa perspectiva, ultrapassa a dimensão de procedimento burocrático ou classificatório e assume potencial formativo quando fundamentado no diálogo, na escuta e na participação dos diferentes sujeitos que constituem a escola.

A problematização acerca da participação estudantil nesse espaço torna-se particularmente relevante no Ensino Médio Integrado (EMI), modalidade que articula formação geral e formação profissional e pressupõe uma compreensão ampliada dos sujeitos e de suas experiências escolares. Os jovens não são apenas destinatários das ações pedagógicas, mas sujeitos que produzem sentidos sobre a escola, os processos educativos e as relações que nela se estabelecem. Investigar como participam do conselho de classe permite problematizar as formas pelas quais a instituição reconhece ou limita sua voz e sua capacidade de intervenção na própria experiência formativa. Partimos da compreensão de que avaliar não se reduz à verificação de resultados ou à atribuição de conceitos e notas, mas integra o processo pedagógico como prática de acompanhamento, reflexão e intervenção sobre as aprendizagens. O objetivo geral da investigação foi compreender como se constitui a participação dos estudantes no conselho de classe do EMI, buscando conhecer os sentidos atribuídos pelos próprios jovens a essa experiência e analisar as possibilidades e os limites dessa participação no espaço de avaliação e reflexão sobre o processo pedagógico.

Propusemos uma abordagem qualitativa, tendo como campo empírico o Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A escolha do estudo de caso relaciona-se à necessidade de compreender o fenômeno



em seu contexto concreto, considerando o conselho de classe como prática situada e atravessada pelas relações institucionais, pedagógicas e sociais que constituem o cotidiano escolar. O corpus empírico foi constituído por jovens matriculados do primeiro ao terceiro ano do EMI do Campus Bento Gonçalves, com idades entre 15 e 19 anos. Para a construção dos dados, foram utilizados questionário on-line, entrevista coletiva e grupo focal. As narrativas foram analisadas por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiazzi (2011), possibilitando a construção de categorias a partir da desconstrução, organização, interpretação e reconstrução dos sentidos presentes no corpus. O percurso metodológico buscou colocar as narrativas estudantis no centro da análise, compreendendo-as como produções de sentidos acerca das relações pedagógicas, das formas de participação e dos processos avaliativos vivenciados na instituição.

Os resultados evidenciaram que o conselho de classe, tal como vivido e percebido pelos estudantes do EMI, constitui um dos poucos espaços institucionais em que existe possibilidade de diálogo mais direto acerca do processo pedagógico. Apesar das limitações identificadas, os estudantes reconhecem nesse espaço uma oportunidade de manifestação e interlocução com os diferentes sujeitos da instituição. Entretanto, a análise das narrativas mostrou uma tensão entre a presença dos estudantes e a efetiva participação estudantil. No Campus investigado, a representação ocorre principalmente por meio dos representantes e vice-representantes de turma. Embora essa presença possibilite apresentar percepções e demandas dos estudantes, os dados indicam que ocupar o espaço não significa necessariamente participar dos processos de reflexão e decisão. Em muitas situações, os representantes assumem a posição de interlocutores que levam ao conselho as manifestações dos colegas, funcionando predominantemente como transmissores de informações. A participação tende, assim, a assumir caráter representativo e instrumental: os estudantes são chamados a falar, mas nem sempre encontram condições efetivas para participar da construção coletiva da avaliação. A presença física e a possibilidade de manifestação não garantem, por si mesmas, participação democrática e dialógica.

Essa dinâmica produz uma relação marcada por assimetrias entre estudantes e servidores. Os jovens percebem o conselho como espaço hierarquizado, no qual ocupam posição distinta daquela assumida pelos profissionais da instituição, o que pode dificultar a

construção de uma interlocução horizontal. Os resultados dialogam com a compreensão freireana de diálogo como prática que pressupõe escuta, reconhecimento do outro e construção coletiva, e aproximam-se das discussões de Paro acerca da participação e da gestão democrática. Participar implica mais do que estar presente ou falar: pressupõe ser reconhecido como sujeito capaz de interpretar experiências, formular questões e contribuir para decisões que atravessam a vida escolar.

As narrativas também revelaram outras possibilidades de organização do conselho. Os estudantes sugerem formatos que favoreçam maior proximidade e diálogo e expressam o desejo de que o conselho se constitua como espaço de escuta verdadeira e comprometida com o ensino e a aprendizagem. Essa demanda aponta para uma questão mais ampla: quais intencionalidades são atribuídas à participação estudantil e que concepção de avaliação sustenta esse espaço? Se o conselho for compreendido apenas como instância de registro, julgamento e encaminhamento de situações escolares, a participação tende a ocupar posição secundária. Se concebido como espaço de reflexão coletiva sobre o processo pedagógico, a participação estudantil passa a constituir dimensão necessária de sua finalidade.

Os achados permitem compreender a existência de uma tensão entre uma participação predominantemente representativa, centrada na transmissão de informações e demandas, e a possibilidade de uma participação dialógica, na qual os estudantes contribuam efetivamente para interpretar suas experiências escolares e construir alternativas relacionadas ao ensino e à aprendizagem. Compreendemos que o conselho de classe possui potencial para constituir-se como espaço de avaliação formativa, diálogo e participação estudantil no EMI. Os estudantes reconhecem sua relevância, mas também apontam limites relacionados à forma como essa participação é organizada e compreendida institucionalmente. A questão central, portanto, não reside apenas em garantir a presença de representantes estudantis, mas em problematizar as condições e finalidades dessa participação.

Pensar o conselho de classe implica refletir sobre o próprio sentido da avaliação e sobre as relações pedagógicas que a sustentam. A construção de espaços mais dialógicos pode contribuir para deslocar o conselho de uma perspectiva centrada no julgamento dos estudantes para uma perspectiva de análise coletiva dos processos de ensino e aprendizagem, considerando



também as condições pedagógicas, institucionais e relacionais nas quais as aprendizagens são construídas. A pesquisa aponta para a necessidade de a instituição refletir coletivamente sobre as intencionalidades da participação estudantil e sobre os modos pelos quais ela pode contribuir para uma avaliação efetivamente formativa. Mais do que modificar a configuração de uma reunião, trata-se de repensar uma prática cotidiana da escola a partir da perspectiva daqueles que também a vivenciam: os estudantes. Nesse movimento, o conselho de classe pode constituir-se como espaço no qual estudantes e profissionais pensam juntos a escola, o ensino, a aprendizagem e os caminhos formativos.

Palavras-chave: Conselho de classe; Ensino Médio Integrado; Participação estudantil; Avaliação; Juventudes.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2011.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2000.